ANEXO 4

JOESLEY BATISTA

A INTERAÇÃO COM LUCIO FUNARO

CEF/FI-FGTS

Em 2011 o empresário Paulo Sergio Formigoni de Oliveira, atendendo um pedido de Lucio Funaro, o apresentou a JB. Lucio ficara sabendo que a Eldorado estava iniciando tratativas para obter financiamento junto ao FI-FGTS, bem como que diversas empresas do grupo igualmente iniciavam tratativas para obter financiamento junto à Caixa Econômica Federal. Lucio Funaro esteve no escritório da J&F, em São Paulo, tendo Paulo Formigoni, após apresentar Funaro a JB, deixado local.

Lucio Funaro afirmou, na ocasião, a JB que atuava em conjunto com Eduardo Cunha, o qual, por sua vez, ainda segundo Lucio Funaro, contava com respaldo político do então Vice-Presidente Michel Temer.

Funaro, então, falando em nome próprio e do então Deputado Federal Eduardo Cunha, disse que poderia ajudar JB em sua pretensão de obter o financiamento, uma vez que teria, juntamente com o referido parlamentar, sido responsável pela nomeação de Fabio Cleto para o cargo de Vice-Presidente de Fundos de Governo e loterias da Caixa Econômica Federal. Fabio Cleto era também representante do governo no Conselho Curador do FGTS. Em troca de intervenção a ser realizada, para a liberação do financiamento, que, segundo Funaro, passaria por Fabio Cleto, foi solicitado o pagamento de propina no valor de 3 a 3,5% do montante a ser financiado. Embora as operações fossem legais e as empresas fizessem jus ao financiamento, Funaro deixou claro durante as tratativas que poderia criar dificuldades intransponíveis, caso a propina não fosse paga.

Os executivos das empresas do grupo não tinham conhecimento do que precede. Tratava-se de ajustes diretos entre JB e Lucio Funaro.

Por outro lado, Funaro afirmava ter a mesma influência sobre liberação de financiamentos pela CEF, por ter, também juntamente com Eduardo Cunha, sido responsável pela nomeação de Giovanni e Derziê, que ocupavam cargos estratégicos na estrutura da instituição financeira.

As operações foram realizadas e a propina foi paga, por meio de um sistema de conta-corrente criado por JB para registrar as entradas decorrentes da liberação dos financiamentos e as saídas, que se davam ora por meio de pagamentos em espécie em reais ou em dólares, ora contra notas fiscais emitidas a empresas do grupo, por empresas titularizadas por Lucio Funaro ou por outras empresas, indicadas por Lucio Funaro, titularizadas por terceiros.

No controle da conta-corrente, JB mantinha registro em planilha das entradas e das saídas. A planilha, como dito, era para simples controle de JB.

Durante o período das tratativas ora descritas, JB chegou a encontrar Eduardo Cunha em diversas oportunidades, principalmente após o início de 2015, quando este último passou a ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Nessas ocasiões, Eduardo Cunha sempre tomava a iniciativa de tocar no assunto do FI-FGTS e da CEF, referindo pedidos de financiamentos que estavam em análise e eram, simultaneamente, objeto de tratativas entre JB e Lucio Funaro, bem como perguntando se o processo estava tramitando a contento.

CEF:

1) J&F, em 11/2011, crédito de R$ 300 milhões (propina de R$ 9,75 milhões);
2) J&F, em 08/2012, crédito de R$ 250 milhões (propina de R$ 5,8 milhões);
3) J&F, em 11/2012, crédito de R$ 500 milhões (propina de R$ 14,5 milhões);
4) Flora, em 07/2013, crédito de R$ 250 milhões (propina de R$ 7,5 milhões);
5) Vigor, em 07/2013, crédito de R$ 200 milhões (propina de R$ 6 milhões);
6) Eldorado, em 08/2013, crédito de R$ 150 milhões (propina de R$ 4,5 milhões);
7) J&F, em 09/2014, crédito de R$ 300 milhões (propina de R$ 9 milhões).

FI-FGTS:

1) Eldorado, em 12/2012, crédito de R$ 940 milhões (propina de R$ 32,9 milhões);

EDUARDO CUNHA E LUCIO FUNARO

JB conduziu múltiplas tratativas com Eduardo Cunha e Lucio Funaro que envolveram corrupção. Inicialmente, JB interagia com Lucio Funaro, que sempre se declarou associado a Eduardo Cunha, havendo essa associação ficado progressivamente aparente. No curso de uma dessas tratativas, JB acabou por conhecer pessoalmente Eduardo Cunha, passando a interagir diretamente com ele.

84
P
74
2

ANEXO 5

JOESLEY BATISTA

EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Em encontro ocorrido em julho de 2013, Lucio Funaro procurou JB e explicou que ele e Eduardo Cunha estavam prestes a conseguir a nomeação do Secretário de Defesa da Agropecuária – SDA. JB pediu, então, a Lucio Funaro que o apresentasse à pessoa cuja nomeação ele e Cunha pretendiam obter. Em agosto de 2013, Lucio Funaro convidou JB para um jantar em sua casa e lhe apresentou Rodrigo Figueiredo como sendo a pessoa a ser nomeada.

Após a nomeação de Rodrigo Figueiredo, Lucio Funaro passou a oferecer influência para a obtenção de atos de ofício no âmbito do Ministério da Agricultura, a fim de poder, com isso, intermediar propina para Eduardo Cunha, retendo para si uma parte. JB acabou por solicitar a Lucio Funaro que conseguisse a federalização do sistema de inspeção animal no Brasil, tendo em vista que o caráter federativo desse sistema – em que o porte da operação do frigorífico determina se estará sujeito à inspeção federal ou à estadual ou à municipal – cria graves distorções mercadológicas em desfavor das empresas maiores, além de graves riscos à saúde pública.

No ano de 2013, ainda preocupado com a situação de calamidade pública em que se encontrava o serviço de Inspeção Animal no Brasil, especialmente nos sistemas de fiscalização Estaduais e Municipais, JB se dispôs a patrocinar uma ONG "Amigos da Terra" com a finalidade especifica de um profundo mapeamento com entrevistas, vídeos e áudios, em 16 estados brasileiros, o qual resultou em não menos que 500 visitas e consequentes relatórios mostrando situações criminosas, de todas as naturezas delitivas, fossem ambientais, trabalhistas, Crimes contra o Consumidor, Crime contra a Saúde Pública, Crime de Falsidade Ideológica, Crime de Falsificação de Documento Público.

Esses relatórios, que estão sendo anexados ao presente acordo, ficarão à disposição do MPF para instauração das devidas providencias criminais. Esses relatórios foram sumarizados em uma publicação chamada "Radiografia da Carne no Brasil", a qual fora distribuída em todo o congresso nacional, sem que qualquer providencia tenha sido tomada por qualquer autoridade que tenha tido contato com os relatório e com a publicação.

Em fins de 2013, no gabinete do então Ministro da Agricultura, Toninho Andrade, JB encontrou Eduardo Cunha, que o interpelou com aspereza a propósito da solicitação de federalização do sistema de inspeção animal. Cunha disse,

exaltado, que JB apresentava demandas inviáveis e que isso complicaria as coisas para ele, JB, insinuando que a dificuldade dessas demandas impedia a obtenção de propinas. JB reagiu igualmente exaltado, levantando-se e chamando Cunha às falas. O Ministro Toninho Andrade interpôs-se entre os dois, evitando a confrontação física.

Na sequência imediata, JB e Cunha entenderam-se um com o outro: JB convidou Cunha para ir à sede da J&F a fim de conversarem e comporem-se.

O trabalho avançou em uma única vertente, a da exportação de despojos, que foi regulamentada em março de 2014,e caiu em março de 2015.

JB também pediu a Lucio Funaro que interviesse junto a Rodrigo Figueiredo para obter a revogação de normativo que passara a autorizar a aplicação de vermífugos de longa duração e diluição, com a volta da exigência de aplicação de vermífugos de prazo de absorção total mais curto, o que evitava dificuldades fitossanitárias na exportação de carnes.

O pedido acabou por ser atendido.

A propina pela regulamentação da exportação dos despojos foi estabelecida em R$ 2 milhões e foi lançada na conta-corrente, mantida por Lucio Funaro, inclusive para repasse a Eduardo Cunha, nos moldes acima indicados.

A propina pela regulamentação relativa aos vermífugos foi estabelecida em R$ 5 milhões e foi lançada na conta-corrente, mantida por Lucio Funaro, inclusive para repasse a Eduardo Cunha, nos moldes acima indicados.

ANEXO 6

A CONTA-CORRENTE – LUCIO FUNARO

Como já explicado, JB adotava com Lucio Funaro e Eduardo Cunha sistema de conta-corrente para o pagamento das propinas, em que as entradas se referiam a financiamentos em cuja obtenção Funaro intervinha e as saídas às propinas que eram pagas.

A planilha consigna, ainda, o método de pagamento de cada propina, ora feito em espécie, ora por meio de notas emitidas contra empresas do grupo JF sem contrapartida em bens ou serviços.

Um dos pagamentos da planilha foi feito por meio da transferência para a titularidade de Lucio Funaro do helicóptero Agusta, prefixo PRFMB, que era de propriedade de JB.

Também como explicado, havia nessa planilha, em 09/2014, saldo contra Lucio Funaro de cerca de R$ 50 milhões, mais juros. Esse saldo significava que JB havia "adiantado propina" a Lucio Funaro em troca de financiamentos a serem ainda obtidos. A planilha foi encerrada, com perdão do saldo por JB, em contrapartida a compromisso de Lucio Funaro de não mais intervir em financiamentos pleiteados pelas empresas do grupo.

Por fim, constam da planilha dois lançamentos em favor de Lucio Funaro: 1) R$ milhão, em outubro de 2012, que corresponde a propina ajustada entre JB e o então governador do MS Andre Puccinelli, havendo Lucio Funaro adiantado o valor a Ivanildo, que era o intermediário de Puccinelli; 2) R$ 7 milhões, em outubro de 2012, sem que os colaboradores se recordem a que se refere.

CONTINUAÇÃO DE PAGAMENTOS

JB segue pagando 400 mil mensais a Lucio Funaro, por meio de entregas de dinheiro em espécie, por Florisvaldo à irmã dele, cujo prenome é Roberta.

77
2

ANEXO 7

JOESLEY BATISTA

A INTERAÇÃO COM EDUARDO CUNHA

RENOVAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Ato de Ofício

Em fevereiro de 2016, JB foi convidado à residência oficial da Presidência da Câmara dos Deputados para conversar com Eduardo Cunha sobre a renovação da desoneração da folha de pagamento. JB atendeu ao convite.

Na ocasião, Eduardo Cunha explicou a JB que estava para entrar em pauta na Câmara dos Deputados a renovação da desoneração da folha de pagamento e pediu 20 milhões em propina para que o setor de aves mantivesse sua desoneração, alegando que precisava distribuir dinheiro para outros deputados federais. JB assentiu, e a desoneração foi aprovada.

Propina

A propina foi paga integralmente em espécie. Dos 20 milhões, cerca de 12 foram pagos por meio de entregas de dinheiro de Florisvaldo a Altair, algumas no Rio de Janeiro e outras em São Paulo, entre março e setembro de 2016. Outros 3 milhões foram entregues pelo próprio JB a Eduardo Cunha, em mão, em parcelas de um milhão, entregues sempre no Aeroporto de Jacarepaguá, onde JB aterrissava sempre aos domingos. Os outros 5 milhões foram pagos depois da prisão de Eduardo Cunha, que, antevendo o revés, assim combinou com JB, por meio de duas entregas de Florisvaldo a Altair, uma de 2,8 milhões e outra de 2,2 milhões, ambas em São Paulo.

78

ANEXO 8

JOESLEY BATISTA

ELEIÇÃO DE EDUARDO CUNHA PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ato de ofício

Depois da reeleição de Dilma Rousseff e de sua escolha de equipe, JB ficou preocupado com os rumos da economia. Nesse contexto, Eduardo Cunha entrou em campanha para a presidência da Câmara dos Deputados.

Entre o final de Agosto de 2014 e o início de janeiro de 2015, Eduardo Cunha procurou JB e pediu propina de 30 milhões, alegando que precisaria do dinheiro para essa campanha, e do auxílio de Ricardo Saud, que gozava, naquele momento, de grande prestígio no Congresso Nacional.

JB vendo a Ascenção de Eduardo Cunha e suas chances do mesmo virar Presidente da Câmara dos Deputados concordou com o pleito deste.

Propinas

R$ 30.000.000,00 pagos da seguinte forma:

R$ 10.900.000,00 - Várias notas fiscais emitidas contra a JBS entre 02/09/14 a 02/10/14, conforme planilha anexa.

R$ 12.000.000,00 – pagos em dinheiro entregue em varias praças. A detalhar.

R$ 5.600.000,00 – através de doações oficiais ao PMDB Nacional e vários correligionários de CUNHA.